

A POLÍTICA ÍBERO-AMERICANA DA ESPANHA NO SÉCULO XX: 1898 – 1975

*Nuria Tabanera GARCIA**

- RESUMO: Estudo das ações diplomáticas empreendidas pela Espanha em relação aos países latino-americanos entre 1898-1975.
- PALAVRAS CHAVE: Diplomacia; ações políticas; componentes ideológicos.

É óbvio que entre 1492 e o fim das guerras de independência, o reino de Espanha não teve política exterior no que é hoje a América Latina, porque este território (excluindo o domínio de outras potências coloniais) formava parte da Monarquia Hispânica. Poderíamos discutir sobre a natureza imperial ou colonial da política da metrópole em relação aos vice-reinados e capitánias gerais americanas, mas em sentido estrito, não se pode falar de política exterior.

Se por política exterior entendemos a parte da política geral de um estado formada pelo conjunto de decisões e atuações mediante as quais se definem os objetivos e se utilizam os meios de um Estado para gerar, modificar ou suspender suas relações com outros estados do sistema internacional, já era possível o início de uma política exterior espanhola em torno da região, uma vez partido o vínculo colonial e ter nascido, embora dificilmente, novas entidades estatais (Castel, 1995).

Entendendo, portanto, que a existência de uma determinada política exterior, como processo que é, implica necessariamente a clara determinação dos fins ou objetivos, a especificação dos meios e não só a atuação nos diversos canais

* Universidade de Valência.

(pacíficos e/ou violentos) que dá o meio internacional, podemos encontrar-nos com diversos problemas de análises e de definição ao aproximarmos da política da Espanha na América Latina no século XX.

Aqui nos vai interessar, não tanto a revisão das ações diplomáticas que protagoniza a Espanha em sua relação com os países ibero-americanos senão que, e muito especialmente, a aproximação do que foram os fins e os objetivos, a atenção aos meios desenvolvido nessa política e a transcendência do claro componente ideológico que, em todo momento, define a dimensão americana da política exterior espanhola.

As Constantes Seculares

Para aproximarmos a essa política é necessário ter presente que tanto no século XIX como no século XX, a vertente americana da política exterior espanhola está condicionada, desde sua fase de elaboração até a de controle, por essa dimensão ideológica que preside a opinião, a percepção e a atuação dos protagonistas da política exterior, por ser (em palavras de Fernando Morán) uma prolongação de sua idéia sobre a situação da Espanha no mundo, sobre sua história e sobre seu destino (Morán, 1980: 380).

É que, mais que nas dimensões européia, mediterrânea ou árabe da política exterior espanhola, a dimensão americana se ideologiza, dependendo sempre do fato de que a América formou parte dos diversos projetos de construção e identidade nacional que se propuseram, com diverso êxito, na Espanha desde 1898.

Na minha opinião, América foi no pensamento nacionalista espanhol um mito compensatório frente aos fracassos, decadências ou regenerações nacionais (Tabanera, 1997:69). Se apresentou, por quase todos, como um elemento definatório do espanhol, já fosse imutável (como considerava a direita ou o nacionalismo mais conservador ou fascista) ou fruto

de uma criação histórica (como afirmavam alguns regeneracionistas liberais de princípios do século).

Por isso, também para os políticos com responsabilidades na ação exterior da Espanha, Ter uma determinada visão da posição que o país acupava e devia ocupar no concerto internacional, implicava e implica dar uma considerável relevância, embora fosse somente no discurso, a relação com o continente americano.

Observaremos mais adiante como, e sem dúvida, mais que em outros componentes da política exterior espanhola, o “meio psicológico” no que se movimentaram os decisores e os atores dessa política (que se forma com suas diversas imagens da América e do destino da Espanha), nem sempre se correspondeu, com o “meio operacional” ou realidade objetiva da América e da relação da Espanha com ela. Por dizer de uma maneira mais simples, é quase uma constante da política ibero-americana da Espanha a forte distância existente entre a imagem do outro e a auto-imagem frente da realidade da situação americana, a realidade da presença política ou econômica da Espanha na área ou na realidade do papel destinado à Espanha no contexto internacional.

Essa desconexão nos ajuda a entender, entre outras coisas, a persistência da demagogia, dos complexos de superioridade ou de tópicos e imagens vazias que tantas ocasiões lastraram a política ibero-americana no século XX. Somente assim se explicaria o uso recorrente do conceito da Espanha como “ponte” entre América e Europa, usado por políticos de diversos escalões e em conjuntura tão dispares como com E. Castelar em 1873, pouco tempo antes da anunciação do “recolhimento” da Restauração; o general Franco, em 1950, e diversos de seus ministros de Assuntos Exteriores, tanto na época de desenvolvimento como de abertura externa, casos de José Félix Lequerica em 1944 ou do tecnocrata López Bravo em 1971. Em plena transição da democracia, tampouco o Presidente do Governo A. Suárez, em 1977, pode resistir a usar essa imagem (Arenal e Nájera, 1992, p. 83, 161 e 196; Pardo, 1995, p. 315).

A constante componente ideológica da política exterior espanhola em ibero-américa durante o século XX, esteve acompanhada de outros elementos comuns. O primeiro seria o da insuficiência dos meios, postos em cada momento a serviço dessa política, com o que a quantidade e qualidade dos êxitos que foram alcançados desmereciam frente a amplitude do discurso oficial.

Como veremos, o possível aumento da influência ou da presença política espanhola na área se enfrentava, quase sempre e até datas relativamente recentes, a escassa dotação orçamentária presumida, a ineficácia do pessoal dos serviços centrais ou exteriores do Ministério de Assuntos Exteriores ou, simplesmente, a incapacidade de abordar projetos sumamente ambiciosos com uns meios próprios de pequena ou média potência, com dificuldades econômicas e diplomáticas.

Mesmo assim, outra característica se desenha ao comprovar que essa política aconteceu em longos e transcendentales momentos deste século a adotar uns usos alheios ao cenário ao que, em teoria, ia destinada (América Latina). Ou seja, que os discursos e as atuações não pretendiam conformar um projeto interessado na América por si mesma e na relação da Espanha com ela, senão cobrir objetivos ligados à política interior ou à outras vertentes, entendidas como mais determinantes, da política exterior.

Assim, a política ibero-americana sob a ditadura de Primo de Rivera foi a expressão de uma política de prestígio; com a ditadura de Franco seria tanto uma política de legitimação do regime na própria Espanha como uma política de substituição ante a condena e a rejeição internacionais. Inclusive com os governos de A. Suárez, foi umas vezes convertida em política de pressão, para fortalecer a posição espanhola pela Europa e Estados Unidos, mantendo-se o uso legitimado e substitutivo, agora em um contexto de transação democrática (Arenal, 1990, p. 37).

Uma última constante pode ser mencionada antes de começar uma análise mais detalhada, embora seja óbvio: com

qualquer regime (Monarquia, República ou Ditadura), e ao longo de todo o século, todos os governos manifestaram que a América (Hispano-américa/América Latina/Ibero-américa) constituía um dos eixos básicos da política exterior, estando acompanhada de outras vertentes, conjunturalmente talvez mais relevantes, mas que não tiveram a permanência da americana.

Esteve a princípios de século acompanhada do objetivo da vinculação ao eixo franco-britânico, mais tarde ao da manutenção da presença em Marrocos, depois ao da colaboração com a Sociedade de Nações e, em outro momento, ao do aprofundamento “amizade hispano-árabe” ou ao da inserção da Espanha nas organizações econômicas, políticas e defensivas euro-atlânticas. Muitos destas frente da atuação desapareceram, outras se adaptaram aos novos tempos, mas ainda, em todos os programas segue presente ibero-américa, como cenário preferido e irrenunciável da política exterior espanhola.

Essas constantes (ideologização, insuficiência de meios ante ambiciosos projetos, utilitarismo e persistência), logicamente não conviveram nos mesmos graus e com idênticos efeitos, em grande medida, porque ao longo do século XX, a posição da Espanha no sistema europeu e internacional não permaneceu imutável. E essas mudanças marcaram o desenvolvimento de diversas políticas exteriores.

A Espanha esteve a ponto de começar o século sendo uma mediana potência colonial, deixando de ser abruptamente em 1898; depois assumiu com dificuldades seu papel de pequena potência de inclinações neutralistas e com interesses mediterrâneos nas primeiras décadas do século. Com a II República advogou por ser reconhecida como uma mediana potência européia integrada no sistema de segurança coletiva da Sociedade de Nações e a guerra civil e o triunfo de Franco abriram caminho a um duro isolamento e rejeição internacional. A guerra fria reintegrou lentamente a Espanha ao contexto euro-atlântico, embora teve que esperar a transição democrática para que a Espanha, parafraseando de novo a F. Morán, encontrasse seu lugar, próprio de uma mediana potência plenamente

integrada no sistema e com uma presença relevante nos foros de decisão internacionais (Morán, 1990).

E todas essas posições se completavam com diversas atitudes e atuações das grandes potências de turno, que ao determinar sua forma de relação com a Espanha do momento condicionavam, em distinto grau, o conjunto da política exterior da Espanha e, portanto, sua política ibero-americana.

Vamos começar já pelo princípio: 1898.

Sobre Regeneracionismo: da Monarquia à República

Deixando à margem muitas implicações internas do conflito hispano-norte-americano de 1898, ao aproximar-se da dimensão internacional daquele “desastre”, parece conveniente recordar uma já antiga reflexão que fez a princípios dos anos 60 Jesús Pabón, quando chamava a atenção sobre a necessidade de analisar o 98 espanhol como um conflito internacional, e não somente como uma questão colonial ou bilateral hispano-norte-americano (Pabón, 1963).

O ano de 98 significou para Espanha uma mudança radical tanto em sua posição, como em sua atitude internacional, ao confirmar-se a progressiva perda de importância relativa da Espanha no contexto internacional. Segundo J. Álvarez Junco, em 1898 se perdeu definitivamente o sonho, a ilusão imperial, a “ficção de ser todavia um dos grandes poderes coloniais” e não algo de grande valor econômico (Álvarez Junco, 1998, p. 411).

A ruptura com o “recolhimento” propugnado por Cánovas desde 1875 apareceu como evidente mudança na atitude internacional e, desde esse novo ponto, se definiu o que seria a linha da política exterior espanhola das primeiras décadas do século XX, ligada à neutralidade confiada na segurança que proporcionava a proximidade à entente franco-britânica (Torre, 1998, p. 116).

Como se recordou, aquele “recolhimento”, base da política exterior da Restauração desde 1875 até 98, tinha seus objetivos

limitados ao afiançar a dinastia borbônica a salvaguardar o império ultramarino e os direitos em Marrocos perante a voracidade das grandes potências, e a manter a Espanha à margem de toda política de alianças, que, segundo Cánovas, somente poderia trazer a uma pequena potência um “quebra-cabeça”.

O saldo do recolhimento visto em 1898, entretanto, não podia ser mais pobre: a perda do império colonial. E assim foi assumida por quase todos essa perda: como o resultado de uma relação causal, que abrigava a mudar de política e a tirar o país do isolamento internacional (García Sanz, 1996, p. 756-757).

Da mesma forma que o ano de 98 espanhol supôs frente ao interior a formulação de uma proposta “regeneracionista” de modernização e mudança do país, também se pode falar de um projeto regeneracionista de ação exterior. Suas propostas surgiam diretamente das linhas básicas do programa regeneracionista, posto que a regeneração interior e a regeneração exterior eram dois aspectos intimamente ligados, como já diria Ángel Ganivet.

Desta visão integradora, o projeto regeneracionista exterior buscava a tomada de consciência do país de seus centros de interesses exteriores, a compreensão das forças e dos condicionantes internacionais que influem na conquista ou manutenção desses interesses nacionais e o uso do diálogo, do compromisso e do acordo com o exterior para obter a garantia efetiva dos interesses nacionais (Torre, 1984, p. 10-11).

Entretanto, a trajetória regeneracionista, sendo coerente, não implicou mudanças bruscas, senão que avanços progressivos, em duas etapas bastante diferenciadas, com a fronteira em 1907. Até então uma primeira de caráter defensivo e conservador, resultante do reconhecimento espanhol da dependência histórica a respeito da ação franco-britânica. A segunda etapa, entre 1907 e 1918, se apresentou menos conservadora e conformista a respeito do papel secundário assumido na entente franco-britânica, e se distinguiu pela tomada de consciência de uns objetivos externos positivos e cada

vez mais perfilados (Marrocos, em especial Tanger, Portugal e Gibraltar). O debate em torno destes objetivos contribuiu a debilitar a inicial unanimidade pró-entente e a replanejar, mais no terreno da opinião, a questão da orientação internacional da Espanha.

O início da Iª Guerra Mundial e a atitude neutra da Espanha mostrou claramente que o regeneracionismo internacional foi, basicamente, uma ilusão, um espelhismo, um projeto frustrado (Torre, 1984, p. 16) e que as oposições “aliadófilas” e “germanófilas” mantidas sob a comum defesa da neutralidade oficial foram, também, o melhor expoente da impotência e do reconhecimento da frustração nacional.

Desse regeneracionismo de fundo formou parte do novo hispano-americanismo, renovado após a derrota espanhola, que pôs fim ao principal empecilho existente até então para uma maior aproximação com a Espanha: seus status de potência colonial. Ante à frustração da proposta da Restauração, os regeneracionistas propunham uma aproximação à jovem, vital e, por então, expansiva, América latina, com o fim de fortalecer a Espanha com novas missões históricas e de recuperar o prestígio internacional perdido.

Da mesma maneira que ao passo do recolhimento das primeiras décadas da restauração a integração na entente franco-britânica foi, em última instância passiva, conservadora e pouco frutífera até a Iª Guerra Mundial, também o esforço regeneracionista na ação exterior frente a América não pode fechar-se com resultados muito significativos.

Vários hispano-americanistas regeneracionistas propuseram um programa de atuações concretas, mínimo e urgente, embora os mais elaborados e coerentes não viram a luz até depois de iniciar-se a Iª Guerra Mundial, como os de Rafael Altamira, em 1917, e o de Constantino Suárez, aliás *El Españolito*, em 1924 (Altamira, 1917; Suárez, 1924).

Ambos distinguiam vários planos de intervenção: o diplomático, o econômico, o cultural e o de imigração. E a menção à suas propostas nos mostrará as escassas mudanças

apresentadas na pauta de ação da Espanha na América Latina após o ano de 1898.

Em relação ao plano diplomático, suas propostas sugeriam desde a restauração de uma seção específica de política americana no Ministério de Estado, até a elevação da categoria e a melhora da dotação orçamentária das representações diplomáticas e consulares. A ênfase neste ponto derivava da penosa situação do serviço exterior na América e dos assuntos americanos nos serviços centrais do ministério, que mostrava bem às claras a despreocupação da diplomacia espanhola sobre o continente.

Em efeito, somente durou 11 anos a primeira seção específica dedicada às relações com a América, criada em 1888, e suprimida em 1899, uma vez que a possível ofensiva diplomática na América em busca de apoio para manter os interesses coloniais espanhóis no Caribe já não teria razão de ser, após a derrota do ano anterior.

Desde então, a representação diplomática e consular espanhola na América manteve a hierarquização clássica “diplomacia de salão”, que dava primacia às Embaixadas das grandes potências, sem que a tão mencionada relação preferente com hispano-américa (justificada por uma numerosa colônia de emigrantes espanhóis ou as fortes relações históricas e culturais) se visse plasmada em legações do mais alto nível, com exceção da Embaixada em Buenos Aires, criada em 1916, sendo todavia 8 países os que não teriam a Espanha mais que representação consular e não diplomática.

Sobre o valor pessoal e a preparação técnica dos diplomáticos e cônsules de carreira e do resto de funcionários destinado ao Ministério de Estado há, para esta época, muito poucas opiniões favoráveis quando se trata a sua entrega e preparação para um trabalho especializado com o seu.

A. Martínez de Velasco (1980) é o único investigador que tocou com profundidade o tema ao estudar a reforma do corpo diplomático ditada por Primo de Rivera em 1928, pela que se unificavam a carreira diplomática e consular. No seu trabalho

expôs a lamentável preparação dos admitidos na carreira diplomática antes de 1928 e o escasso espírito de sacrifício de alguns deles, filhos da aristocracia e das elites políticas e financeiras do país, que se vinculavam à diplomacia por questões de prestígio social mais que por um bem entendido sentido de dever e sempre interessados pelos “tranqüilos” destinos na Europa que podiam conseguir mais por influências que por méritos pessoais.

Os destinos da América eram sempre evitados e o absentismo trabalhista se converteu em uma norma, impedindo, logicamente, o desenvolvimento de uma atividade estável e frutífera. Se dão casos de cônsules e diplomáticos que, servindo-se de licenças com salários prorrogados até por quatro meses, ocupavam seu posto na América tão somente em 30% do tempo servido.

Tudo isso nos serve para constatar a triste inércia que orientava a política exterior espanhola em AML, somente partida com antecedência a Ditadura de Primo de Rivera com alguns gestos, como o da visita à Argentina da Infanta Isabel, para a comemoração do Centenário da Independência em 1910 (Rivadulla, 1992, p. 253).

Após a neutralidade mantida durante a I Guerra Mundial, a política exterior espanhola da última fase do reinado de Alfonso XIII acrescentou sua atividade para adaptar-se ao novo panorama internacional e abandonar definitivamente a passividade que a caracterizavam até antes de iniciar-se o conflito. Quatro foram as principais frentes de atuação que foram distinguidas no período que transcorre entre 1918 e 1931: a participação ativa na Sociedade de Nações; a atenção ao desenvolvimento de uma política de amizade com os países ocidentais europeus, essencialmente com a França e Grã-Bretanha; a defesa dos interesses espanhóis em Marrocos e a aproximação da América Latina.

Sem tratar de aprofundar neste tema, podemos afirmar que na política exterior da Ditadura de Primo de Rivera se percebe certas características diferenciadas a respeito do que se havia

sendo mantido com anterioridade, embora se disse que o que mais caracterizou a Primo de Rivera e, por extensão a seu governo, foi a carência de uns princípios ideológicos que deram coerência ao desenvolvimento de sua política exterior, assim como a ausência de uns pressupostos que deram perspectivas e continuidade a sua ação exterior.

Em definitiva, essa indefinição determinou que as máximas aspirações de Primo de Rivera foram as de terminar com a situação conflitiva em Marrocos e assegurar-se um posto permanente no Conselho da Sociedade de Nações (Saz, 1998). Esses objetivos estavam incluídos na pretensão geral de manter o neutralismo como móvel da atuação espanhola, assim como de incrementar, embora com escassos resultados, o prestígio da Espanha para tentar sua reintegração no círculo das grandes potências. Apesar das manifestações constantes de apoio ao Pacto dos dirigentes espanhóis, a fidelidade da Espanha à Sociedade de Nações se colocou em entre dito nesses anos pelo empenho de Primo de Rivera em conseguir um posto permanente para a Espanha em seu Conselho.

Junto à intervenção da Espanha na Sociedade de Nações, sem dúvida a vertente da política exterior desta etapa que mais atenção recebeu por parte dos investigadores foi a da manifesta aproximação hispano-italiana, facilitada pelas coincidências ideológicas entre ambos regimes autoritários, e que teve como resultado as tentativas por adotar uma postura conjunta ante as questões do Norte da África e o Mediterrâneo Ocidental, tendendo a diminuir a influência negativa que para os interesses de ambos países exercia a França na zona (Palomares, 1989; Sueiro, 1992).

Porém, o aspecto que agora nos interessa é o que nos leva à análise das relações que entre Espanha e Hispano-américa se desenrolaram durante a Ditadura. Embora se disse que o único momento em que a política diplomática espanhola a respeito a Hispano-américa não é indecisa, se desenvolveu durante a ditadura militar do general Primo de Rivera (Martínez, 1984, p. 57), para nós isso resulta muito taxativo. Entretanto, não deixa

de ser certo que sob a Ditadura, América Latina se converteu em um campo de atuação preferente da nossa política exterior, apoiada nos princípios ideológicos do americanismo mais conservador, e em reformas dos instrumentos do Ministério de Estado para fazer mais efetiva a presença espanhola na região.

O interesse ativo de Primo de Rivera por Hispano-américa pode compreender-se melhor se incluísse entre as dívidas que o ditador e seu regime receberam do regeneracionismo (crítica à “velha política”, antecedentes da “democracia orgânica”, busca de novas vias político-sociais, etc.). É provável que entre essas influências, também se encontrasse a que sugeriria que o americanismo era um necessário caminho para o restabelecimento do papel que a Espanha merecia no concerto internacional, assim como uma passagem obrigada para incrementar sua presença econômica e cultural entre suas antigas colônias.

Para que essa influência existisse não implica que o americanismo, que desenvolveu a ditadura possa ser considerado como renovador; ao contrário, pois, embora se buscaram novos caminhos à ação exterior perante a evidência da incapacidade dos existentes, a concepção do hispanismo de Primo de Rivera e de seus colaboradores nesta missão (seu Ministro de Estado, José Yanguas Messía, seus assessores, como J. M.^a Pemán, e seus diplomáticos, como J. A. Sangróniz ou o eventual Ramiro de Maeztu) é claramente conservadora: primacia dos laços racionais e espirituais, sobre valorização das relações culturais frente às econômicas e visão da Espanha como dirigente natural da comunidade hispano-americana (Sepúlveda, 1994, p. 78).

Embora esse conceito conservador do hispanismo fosse uma das causas de que a política hispano-americana da Ditadura não obtivesse os resultados esperados, não se pode negar que a partir do estabelecimento do Diretório Civil a princípios de dezembro de 1925 começaram a produzir-se mudanças de importância na orientação da diplomacia espanhola em Hispano-américa, referidos em sua maioria à modernização e maior dotação dos aparatos do Ministério de Estado que tinham relação

com essa região.

As reformas tenderam a dar uma maior importância aos assuntos referidos a Hispano-américa dentro do Ministério, com a criação de uma seção da América e Relações Culturais, separada da seção de Política Geral, a coordenar a expansão cultural da Espanha no exterior por meio da Junta de Relações Culturais, criada em 1926, com atenção preferente em Hispano-américa e a dar maior relevância e dotação pessoal e econômica às representações diplomáticas e consulares (Pereira, 1986, p. 131).

Levado pela lógica, deveram - se atender às múltiplas petições de melhora das representações diplomáticas e consulares da Espanha, infra-dotadas economicamente e desprestigiada entre os emigrantes espanhóis e os próprios latino-americanos, muitas vezes por culpa de um pessoal escassamente incentivado e preparado. Nesse sentido, se criaram legações permanentes na Bolívia, Equador, Paraguai e El Salvador e se elevaram à categoria de Embaixada das representações espanholas em La Habana, em 1927, e em Santiago de Chile, em 1928 (embora permaneceu sem Embaixador até 1930), acompanhando à de Buenos Aires.

A insuficiente dotação econômica e de pessoal destas representações se viu, em parte, corrigida com uns substanciais incrementos orçamentários, que se bem não equiparavam às representações espanholas com as de outras nações européias, se serviram para melhorar sua eficácia e sua imagem, já que se passou de representar os 13% dos gastos totais do Ministério em 1925 a 27% em 1930. Mesmo assim, segundo dados de Sangróniz, a aportação espanhola no referente à política hispano-americana representava menos de 10% do dedicado ao mesmo fim pela diplomacia francesa (Sangróniz, 1925, p. 86).

Se poderia considerar, em definitivo, que Hispano-américa foi a área onde a política de prestígio “primorriverista” se tentou desenvolver com maior ímpeto, à vista do interesse por fazer aparecer a Espanha como interlocutora entre as repúblicas hispano-americanas e Europa e, inclusive, os Estados Unidos,

assim como pela confiança posta em que a Exposição Ibero-americana de Sevilha (sugerida como projeto em 1908 e celebrada por fim em 1929) resultasse uma boa vitrine para as possibilidades espanholas de ganhar ali mercados e influência.

Em conjunto, a ação diplomática espanhola na América Latina, não pode sair, mais que timidamente, de umas posições muito marginais dentro da política exterior das três primeiras décadas do presente século, que à altura de 1930 todavia se caracterizava pela inexistência de uns princípios claros e adaptáveis à evolução dos objetivos internacionais, que determinava o reinado da improvisação, a descontinuidade na ação e a descoordenação diplomática na gestão dos assuntos. Se mantinha a ausência de uma visão coerente do papel da Espanha no mundo, com a conseguinte infra - valorização da transcendência da política exterior, assim como a escassa qualidade e profissionalismo no serviço central e exterior do Ministério de Estado, que desvalorizava uma vez mais a presença internacional e diplomática da Espanha, inclusive em zonas, como a americana, sempre presente nos grandes discursos, mas nunca totalmente atendidas.

Recuperando Ilusões e Reinterando Desencontros: a II República em Ação

A proclamação da II República em 1931 supõem-se uma mudança substancial no marco de relação entre Espanha e América Latina: se 1898 privou a Espanha da estigma de sua condição de colonizadora, 1931 igualou a ambas sob regimes republicanos, vendo-se pelos interessados, como a abertura de um período de aproximação em condições mais fraternas.

Os homens fortes do novo regime na Espanha se ocuparam de pôr em marcha um profundo projeto transformador da realidade interior do país, que levava também implícito um projeto de mudança de posição da Espanha no mundo.

Felizmente, a recente historiografia sobre o período

desmontou a velha idéia de que a II República não teve política exterior e não somente confirmou sua existência, senão que desvelou as características complexas de uma política marcada, isso sim, pelas variações impostas pela sucessão de governos e pela desigualdade entre os pontos de interesses marcados (Saz e Tabanera, 1997, p.103).

Como afirmaria Manuel Azaña, a República devia assumir as heranças que na política exterior vêm marcadas pela geografia e pela história, pelo que se herdavam do período monárquico o interesse por fortalecer a integração no bloco franco-britânico para manter o *statu quo* mediterrâneo, e o desejo de fortalecer as relações com Portugal e América Latina (Azaña, 1966, p. 277).

Sim seria nova a aposta republicana, mais firme durante o primeiro biênio que durante o Biênio Negro, pelos valores democráticos e pacifistas nas Relações Internacionais, representados pela Sociedade de Nações e considerados como a melhor garantia de segurança para uma pequena potência como a Espanha.

Depois de obtido o reconhecimento internacional e assegurada a continuidade de relações com as grandes potências, o centro de atenção da política exterior republicana se situaria na participação na Sociedade de Nações, ocupando um posto relevante e ativo entre as medianas potências, primeiro para garantir o sistema de segurança coletiva, depois e uma vez que já era evidente seu fracasso e que se conseguia um novo conflito, para preparar ao país para uma nova neutralidade (Quintana, 1993).

Entretanto, na consecução de uma política exterior de "altos vãos", como pretendia Azaña, outras frentes de ação exterior foram atendidos, junto ao aberto com a multilateralidade da Sociedade de Nações. Entre eles destacam a política mediterrânea, com tendência a manter o *statu quo* que garantia a segurança e a defesa territorial do país e, como não, a política hispano-americana (Egido, 1987, p. 155).

Nos primeiros momentos, a orientação da nova política hispano-americana republicana recorre as influências daqueles

hispano-americanistas regeneracionistas distantes dos círculos de poder durante a ditadura, críticos com as políticas de gestos e desejos de colocar em andamento um hispano-americanismo prático. Para eles era necessário, não somente desenhar um projeto coerente de atuação política, cultural e econômica, senão também introduzir mudanças profundas nas estruturas administrativas e no pessoal que tomava decisões e colocava em execução esses projetos (Tabanera, 1996, p. 139).

Como afirmamos, o Ministério de Estado em 1931 era um instrumento de ação exterior pouco ágil, escassamente preparado e pouco dotado. A nova política republicana (e não somente a hispano-americana) obrigava a uma republicanização e a uma modernização das estruturas e dos diplomáticos.

Inicialmente as demissões de diplomáticos monárquicos e a necessidade de apresentar nos principais lugares no exterior a homens fiéis e de grande capacidade e preparação obrigou os governos republicanos a optar por embaixadores e diplomáticos políticos e não de carreira, sem que existisse nada parecido a uma depuração do pessoal. O golpe de Estado de Sanjurjo de 1932 deu a ocasião ao Ministro Luis de Zulueta para separar do serviço ativo a relevantes diplomáticos, claramente desafetos à República. Esta renovação do pessoal quis completar-se com uma reforma na forma de acesso à carreira diplomática, aprovada também em 1932, que pretendia “democratizar” o ingresso, primando os méritos dos candidatos mais que a descrição social ou familiar, que haviam feito da carreira diplomática um círculo privilegiado de acesso limitado a filhos de importantes famílias com escassa vocação de serviço público (Tabanera, 1996, p. 72).

As diversas reformas nos serviços centrais do Ministério, entretanto, não deram lugar à criação de uma seção específica de assuntos americanos, como reclamou em seu tempo Altamira ou como seguiam demandando outros diplomáticos em serviço na área, embora se ampliou a presença e a dotação do serviço exterior na América, aumentado a categoria de algumas delegações, como a do México, elevada a embaixada em 1931.

A dotação orçamentária das representações na Hispano-américa não somente se viu incrementada entre 1931 e 1936, senão que a porcentagem que representava esse gasto em relação ao total do orçamento foi em ordem crescente, mostrando a séria intenção de melhorar a situação absoluta e relativa da ação exterior na área no conjunto da política exterior, inclusive nos anos de restrições impostas pela crise econômica (Tabanera, 1988, p. 105).

Não obstante e apesar do limitado alcance destas medidas reformistas nos instrumentos, o Ministro Luis de Zulueta seguiu avançando em direção à definição de um projeto perfilado de ação na Hispano-américa. Esse projeto, inexistente até então, combinava uma orientação política e outra cultural.

A primeira se baseava no chamado “Plano P”, editado por um jovem diplomático nascido em Montevideu e com longa experiência como cônsul na Colômbia, José M.^a Doussinague, por então chefe da Direção de Política e Comércio Exterior do Ministério, e aprovado pelo Conselho de Ministros em março de 1933. O “Plano P” não se elaborou nesses momentos, atendendo aos novos critérios e atitudes dos dirigentes republicanos, senão que surgiu da adaptação mínima de dois antigos relatórios que Doussinague havia apresentado em 1929 aos responsáveis da Ditadura de Primo de Rivera, destacável pelo afã de protagonismo na política hispano-americana muito distanciado das possibilidades reais da Espanha e o uso da terminologia do hispano-americanismo mais conservador.

Esse “Plano P” propugnava a criação de um Super estado hispano-americano sob a sutil supervisão da Espanha, recorrendo a certas formas da tradicional diplomacia secreta, condenada por Zulueta e os dirigentes republicanos do momento. Sua aceitação pelo Ministro pôde surpreender pelas contradições desse questionamento com os seus, mais práticos e pragmáticos. Entretanto, poderia haver acontecido devido ao fato de que Zulueta recorreu a um trabalho antigo e já elaborado de um colaborador próximo, no momento em que pretendia apresentar ao governo um ambicioso projeto de expansão

Hispano-américa, apoiado nos programas, um político, pouco elaborado e com poucas expectativas de realização, e outro cultural, mas atendido pelo Ministro com mais garantias de êxitos imediatos.

Em efeito, a componente cultural da ação exterior Hispano-américa começou a fazer-se presente com a Ditadura, ao criar-se a Junta de Relações Culturais do Ministério de Estado em 1926 (Niño, 1993, p. 43). Sua vida lânguida se viu afetada pela mudança do regime, que levou ao poder a uns políticos que pensavam na República também como um grande projeto cultural. A prova do interesse e da confiança posta no instrumento cultural se encontra na rápida remodelação da Junta (em junho de 1931) e no aumento de 80% de seu orçamento já para 1932 (passando de meio milhão a 900.000 pesetas).

Em janeiro de 1933 o Ministro Zulueta propôs à Junta a elaboração de um plano cultural de ação na América no que primasse a colaboração com os governos latino-americanos para avivar e desenvolver a consciência da comunidade cultural. Após discussões internas, a Junta aprovaria o Plano Cultural Hispano-americano em julho, sendo já Fernando de los Rios Ministro de Estado. O plano, com um orçamento específico, incluía a criação de bibliotecas espanholas nas principais cidades americanas, em fomento do intercâmbio de professores e estudantes e a criação de uma revista de difusão cultural de qualidade, *Tierra Firme* (Tabanera, 1993, p. 75).

Os resultados destes dois planos foram muito limitados. O "Plano P" acabou no esquecimento no Ministério com tanta rapidez que quando Doussinague foi destinado a La Haya em maio de 1934, o novo Subsecretário lhe escreveu pedindo-lhe informação sobre o paradeiro dos papéis e dos resultados das atuações realizadas até o momento. A efêmera vida de um projeto tão ambicioso como desligado da realidade é explicável.

Maior projeção teve o plano cultural que, se bem se enfrentou a fortes reduções orçamentárias desde 1934, pôde chegar a estabelecer 4 bibliotecas de cultura superior (na Argentina, Colômbia, Chile e Peru) e 7 bibliotecas públicas;

fundou o Instituto da Espanha em Buenos Aires; manteve o intercâmbio de professores e o sustentação de três cátedras em Universidades de Buenos Aires, Bogotá e Panamá e, mais importante para o americanismo histórico espanhol, criou o Instituto de Estudos Hispano-americanos, dependente do Centro de Estudos Históricos em 1934.

Em outras âmbitos, tampouco a política exterior espanhola conseguiu êxitos destacáveis. Assim, poucos resultados obteve na tentativa de acrescentar a confiança e a participação dos países ibero-americanos na Sociedade de Nações, embora se disse que a República tentou organizar e dirigir um grupo ibero-americano em Genebra (Egido, 1987, p. 187-188). Opinamos que estritamente o interesse espanhol não se dirigiu à coordenação de um grupo, senão a consolidar o Pacto em uma região na qual se distanciava de qualquer intervenção extra continental e na que o pan-americanismo iniciado pelos Estados Unidos se estendia.

Por fim, à altura do verão de 1936 e após a paralisação de muitos programas de modernização nas mãos dos governantes do Biênio Negro, parecia que era a hora de um novo impulso à inovação na ação exterior em Latino-américa. Entretanto, seguindo a terminologia de Richard Synder, nem o meio interno nem o meio externo no que se moviam os agentes decisores eram já totalmente favoráveis.

Por um lado, os estímulos que emanavam da sociedade (meio interno) não somente limitavam o interesse das autoridades espanholas pela política exterior perante a instável situação interna, senão que a atenção externa (derivada dos estímulos que surgem dos acontecimentos internacionais e que formam o meio externo) se situava cada vez mais exclusivamente no cenário europeu, complicado pela fratura da Sociedade de Nações e o revisionismo agressivo da Alemanha. Era compreensível, portanto, uma redução do interesse pela América entre os sócios da Frente Popular.

Entretanto, os acontecimentos de julho desse ano teriam, como é lógico, profundas conseqüências, situando de novo a

Hispano-américa em um posto relevante da política exterior espanhola, tanto da republicana como a dos sublevados contra o regime legalmente constituído.

O governo da República, havendo convertido o frustrado golpe de estado de julho em uma aberta e previsivelmente longa guerra civil, lutou em muitas frentes contra os rebeldes. E no campo de batalha diplomático também pareceu perder a guerra relativamente pronta: a não intervenção franco-britânica, a neutralidade norte-americana e a inoperância da Sociedade de Nações iam complicar muito a defesa da república, quando já desde finais de julho os 70% dos diplomáticos de carreira espanhóis destinados na Hispano-américa se havia unido à Junta de Defesa de Burgos (Tabanera, 1993, p. 510).

O desmantelamento das delegações e a traição da maioria dos diplomáticos na Hispano-américa, e em outras áreas, complicariam à República o trabalho de atração de ajuda diplomática e econômica para sustentar-se durante a guerra. Na América Latina, salvo México e Colômbia, os governos adotaram perante a guerra uma atitude de precedência ou neutralidade que, na maioria das ocasiões, dissimulava uma preferência pelos rebeldes, dado sua origem oligárquica ou militar, que somente chegou ao reconhecimento oficial de Franco nos casos das ditaduras militares de Guatemala, El Salvador e Honduras (Tabanera, 1996, p. 273).

A mobilização dos simpatizantes na Hispano-américa de ambos contudentes se marcou também na tensão fascismo-antifascismo, modificada parcialmente pela situação interna de cada país, podendo ser usada na discussão sobre seus problemas internos. Assim, nas manifestações argentinas contrárias ao governo de Justo se podia ouvir gritar em defesa da limpeza eleitoral "Viva la Ley Sáez Peña, viva la República española" e no México, os opositores ao Presidente Cárdenas expunham o apoio deste à República como exemplo de sua inclinação comunista (Falcoff and Pike, 1982; Powell, 1981; Quijada, 1991).

Enquanto os representantes da República tratavam de

organizar a solidariedade e de manter abertas as relações diplomáticas, desenvolvendo uma propaganda muito limitada nos meios, recordando a legalidade e a legitimidade do regime republicano e enfatizando na intervenção alemã e italiana a favor de Franco, os representantes oficiais dos rebeldes e seus seguidores começavam a desenvolver outros argumentos.

Junto ao recurso a princípios anti-liberais e anticomunistas para justificar o crescimento militar, apareceram alusões aos elementos básicos da Hispanidade mais conservadora e já apropriada pelo falangismo, que teve em Ramiro de Maeztu o seu principal difusor antes da guerra.

A Hispanidade se entendia como o ser comum dos povos hispânicos e como parte essencial do patriotismo espiritual espanhol, formada pela confluência dos cristianismo e o humanismo. Se a Hispanidade levava implícita uma concepção messiânica da história, encarnada na evangelização da América, também anunciava um ressurgimento dos valores tradicionais da Espanha ante a crise das doutrinas liberais, estrangeiras e dissolventes. O crescimento militar de julho de 1936 parecia inaugurar esse novo futuro de ordem, autoridade e respeito aos valores cristãos.

A difusão propagandística da Hispanidade durante a guerra pelo bando rebelde tanto na Espanha como na Hispano-américa foi intensa, embora seus efeitos resultassem muito dispare (González e Limón, 1988).

Na Espanha, a Hispanidade, por um lado, se converteu em um elemento fundamental da ideologia franquista, servindo de legitimação ao regime, por integrá-lo em uma linha de continuidade histórica que o enlaçava com o Reis Católicos e com a época gloriosa do Império e, por outro, contribuiu a dar forma ao consenso entre os diversos seguidores do General Franco (falangistas, monárquicos e conservadores de diversos clãs) ao permitir-lhes compartilhar imagens, símbolos e tópicos comuns que passaram a ser elementos da auto-imagem difundida pelo novo Estado.

Diante deste excelente resultado propagandístico no

interior, a Hispanidade não conseguiu permear substancialmente na opinião pública e nas esferas de poder ibero-americanas.

Em primeiro lugar, pela desorganização padecida pelas delegações oficiais franquistas, carentes de meios econômicos suficientes, e nem sempre bem relacionadas e coordenadas com as seções de Falange que vão aparecendo nos principais países americanos. E, em segundo lugar, pela escassa entidade numérica do potencial receptor do discurso da Hispanidade na região, reduzido substancialmente desde 1939 (Pardo, 1992, p. 230 e 1995, p. 56-58). Não devemos esquecer que a sintonia dos falangistas e franquistas com os grupos minoritários de hispano-americanos nacionalistas conservadores e anti-liberais, fascistas ou fascistizados podia romper se enfatizava excessivamente no componente imperial (que não imperialista da Hispanidade), que podia ocultar uma ânsia desmedida de hegemonia política e cultural da Espanha na América. Uma vez iniciada em setembro de 1939 a II Guerra Mundial, a este elemento se uniu ao distanciamento de muitos pró franquistas, que sem deixar de sê-lo, era anti-nazistas ou aparentavam sê-lo, pelo temor (promovido infundadamente pela propaganda norte-americana) no qual Falange e a Hispanidade ocultassem um plano de absorção do subcontinente pelo Eixo, com a conivência e o aproveitamento da Espanha.

O Uso e Abuso Franquista da Hispanidade

A vitória definitiva de Franco em abril de 1939 supôs, como é lógico, uma mudança radical na formulação da política exterior espanhola em relação às bases cimentadas em 1931. Não nos referimos neste caso à orientação ideológica do regime, senão às conseqüências que sua natureza ditatorial impôs ao processo de tomada de decisões e controle da política exterior.

A ditadura de Franco condicionava o processo de tomada de decisões pela onipresença do ditador, pela escassa delimitação de funções e pelo desenvolvimento da burocracia

diplomática (Mesa, 1989, p. 21), pela adequação absoluta do interesse nacional a manutenção do regime e pela disposição a desenvolver uma política exterior que servisse claramente à legitimação do regime no interior, e pelas peculiaridades do "meio psicológico" dos decisores. Esse meio estava construído por uma visão conspirativa da política internacional e uma idéia excessivamente otimista da posição e o destino reservado da Espanha no mundo, avivada pela vitória na guerra.

Frente à realidade democrática da República, a política exterior da ditadura se viu afetada pela ausência de mecanismos de controle, tanto políticos como administrativos ou jurídicos, assim como pela ausência de participação e debate público, que servia ao regime para estender a auto-imagem construída do regime e para manter permanentemente vivo o tradicional desconhecimento e desinteresse pelos assuntos internacionais.

Algumas dessas características vão manter até a morte do ditador, como aqueles ligados à essência repressora do regime ou aquele que fazia da manutenção do regime o primeiro objetivo da política exterior. Este objetivo se resumia na fórmula que havia ditado Carrero Blanco em agosto de 1945, após a condena da ONU e a conferência de Postdam: "orden, unidad y aguantar" (Preston, 1994, p. 676).

Ficou demonstrada suficientemente a capacidade de adaptação do regime ao manter-se vivo, junto ao ditador, até trinta anos depois, se bem que passou por diversas mudanças e contextos internacionais, originando inúmeras viradas na orientação de sua política exterior (Espadas, 1987).

Parece ser comum a todas elas a persistência de usos específicos da política em relação a Hispano-américa, oscilando entre a legitimação do regime, tanto no interior como no exterior, e a substituição, ao centrar o interesse na área somente como resultado do isolamento e a condena internacional do primeiro franquismo. Esta visão utilitarista da política ibero-americana do franquismo foi afirmada por autores como Armero (1978), Arenal (1990), Espadas Burgos (1987) ou Morán (1980), embora nos últimos tempos se tratou de mostrar que em alguns

períodos do franquismo, América Latina era um objetivo internacional por si mesma e que se desenharam programas de ações específicos, superando-se o caráter subsidiário e instrumental dessa política exterior.

Desde este novo ponto de vista, essa personalidade específica da política em relação a América pode distinguir-se no breve período que vai dos fins de 1940 a meados de 1942, quando a cegueira provocada pela vitória e o domínio do Ministério por S. Suñer e os falangistas, levaram a Hispano-américa a proposta de uma Hispanidade agressiva e ao mesmo tempo bélica, enfrentada ao pan-americanismo, e representada pelo recém criado Conselho da Hispanidade (Pardo, 1995, p. 17). Foi uma proposta que levantou amplíssimas reações contrárias e um posterior desenvolvimento paralelo ao que experimentou toda a política exterior espanhola acompanhando às vitórias aliadas. Aquele momento original coincidiu com a não beligerância espanhola na II Guerra Mundial e com a maior proximidade do regime de Franco ao Eixo, já então com grandes expectativas de vitória final.

A partir de meados de 1942, pela mudança no curso da guerra e pela atividade anti-alemã e anti-espanhola dos Estados Unidos na América Latina, inclusive R. Pardo afirma que “a política na área, como o resto da política exterior franquista, começou a adquirir um caráter basicamente instrumental ao antepor a sobrevivência do regime a qualquer outra expectativa diplomática” (Pardo, 1995, p. 275).

Por consequência, a condena internacional do regime após a guerra obrigou a diplomacia franquista a romper formalmente com todos os discursos e imagens próximos ao fascismo e ao falangismo mais agressivo e a desenvolver uma política exterior defensiva e compatível com a norte-americana, potenciando suas características anticomunistas e ocultando suas inclinações anti-liberais, para ir ganhando espaços de atuação e, principalmente, aceitação internacional no contexto da guerra fria (Delgado, 1993, p. 515).

O guia militar do novo período compreendido entre a

segunda metade de 1945 (início do cerco internacional) e fevereiro de 1957 (pouco depois do absurdo que representou os acordos de 1953 com Estados Unidos e a Santa Sede e a readmissão da Espanha na ONU em 1955) foi o Ministro Alberto Martín Artajo.

Após reconhecer que o regime de Franco não gozava nem da boa imagem nem da capacidade de liderança em uma Ibero-américa imersa após a II Guerra Mundial em um marco dominado pelos EE.UU., e embarcado em um lento processo de abertura e modernização, que pouco casavam com as propostas mais agressivas sobre a raça e o império da Hispanidade falangista, o católico Martín Artajo tratou de reconverter o discurso da Hispanidade do período anterior em relação a termos com os que não puderam avivar-se a antipatia generalizada em relação ao regime por parte da maioria dos países ibero-americanos, encabeçados sempre pelo México.

Tímida, mas perceptivelmente se foi reduzindo a vertente diplomática da política ibero-americana, em benefício de seu componente cultural e religioso, buscando aberturas no isolamento, da mão de uma política cultural de prestígio que desembocasse de forma natural em uma legitimação internacional da ditadura. Assim, se suprimiu o Conselho da Hispanidade e se criou em 1945 o Instituto de Cultura Hispânica, como órgão assessor do Ministério de Assuntos Exteriores, com “a finalidade de manter os vínculos espirituais entre todos os povos que compõem a comunidade cultural da Hispanidade” (Arenal e Nájera, 1992, p. 121). Também se recuperou a Junta de Relações Culturais, e se potenciou sua atividade com orçamentos importantes (a meados de 1945 se aprova um orçamento extraordinário de 40 milhões de pesetas para a expansão cultural, que representava os 40% do orçamento total do Ministério) e se buscou atrair o interesse dos grupos e organizações fundamentalmente de Ação Católica, a chamada diplomacia paralela.

Os objetivos se resumiam em ganhar o mundo católico e projetar ao exterior a suposta verdade da Espanha, anulando as

campanhas e as conspirações judeu-massônicas e comunistas contra o regime (Delgado, 1992, p. 427).

Fosse como fosse, embora sem dever muito à atuação da diplomacia espanhola e sim bastante ao desenvolvimento da tensão entre os dois blocos, Espanha foi avançando desde 1950 (data do levantamento das sanções pela ONU) em rumo à integração no bloco ocidental da mão dos acordos com os EE.UU e, sem realizar substanciais mudanças na política interior.

A orientação americana da política exterior logicamente se ressentiria da nova situação criada desde 1950 e os usos legitimadores (dominantes até então) foram acompanhados por usos, que poderiam chamar, compensatórios.

Esses usos cobravam sentido mediante a difusão entre 1953 e 1956 por Martín Artajo de um novo projeto, mais ambicioso que o desenvolvido até então. A peça chave seria a chamada Comunidade Hispânica de Nações.

Nos discursos e relatórios ministeriais se sustentava que uma vez demonstrada a “razão” da Espanha frente ao cerco internacional, havia chegado a hora de mostrar o ressurgimento da “comunidade espiritual” formada por todos os países hispânicos, mostrando que formavam uma autêntica comunidade de destino e que podiam construir um projeto de convivência comum. Esse projeto já não espiritual senão diplomático, serviria para devolver a Espanha a posição no mundo que se estava reservada por direito: a de uma grande potência mundial, intermediária e uma ponte entre Ibero-américa e Europa e Estados Unidos (Delgado, 1988, p. 221). Os modelos seriam aqueles projetos de solidariedade ou integração que já haviam adotado certas formas jurídicas, como a Liga Árabe, ou “União Européia” ou a Organização de Estados Americanos.

A referência constante e opressora à vontade da Espanha de fazer realidade a esta Comunidade Hispânica não se entende se atendemos aos escassos resultados obtidos nesse empenho. Cobrará sentido se entendemos que essa obsessão por converter à Comunidade Hispânica de Nações em um objetivo permanente

da política exterior do franquismo desde finais dos anos 50 não era mais que, por um lado, a adaptação a uma nova realidade espanhola de antigos símbolos e mitos que para consumo interno difundiu o regime desde 1939, para legitimar-se e coesionar a sociedade. E, especialmente por outro lado, um instrumento de reforço da posição da Espanha na negociação com os Estados Unidos e Europa. Uma espécie de “farol” em uma jogada de cartas na que ia perdendo, na medida em que a simples possibilidade de constituição dessa Comunidade e não sua existência, atenuava a realidade da forte superditação da Espanha aos Estados Unidos e a negação da Espanha pelas organizações de integração em andamento na Europa.

Assim, o projeto de Comunidade compensava a evidente debilidade espanhola na ainda aberta luta por conseguir uma plena integração na Europa e uma maior margem de autonomia de sua política exterior em relação aos EE.UU..

A saída de Martín Artajo do Ministério em 1957 abre um novo período da política exterior franquista, dominada por Fernando M.^a Castiella. Se a seu antecessor lhe correspondeu ver acabar o período de dura autarquia e condena internacional, a Castiella lhe restava ainda um duro trabalho: melhorar a imagem internacional do regime, avançar na abertura internacional e ajustar a política exterior espanhola aos novos tempos (os de segunda onda democratizadora na América Latina, os de próxima distensão e os de avance nos processos de integração regional na Europa e América).

Uma missão de abertura que estava absolutamente lastrada pela impossibilidade de corresponder essa abertura exterior com uma mudança na natureza antidemocrática do regime no interior. Essa contradição, que seria a origem do fim da gestão de Castiella em 1969, deu origem a um estilo novo de fazer política exterior na Espanha. Até então, os diplomáticos espanhóis se caracterizavam por manter atitudes que combinavam o apego à política de gestos e de dignidade, para superar um certo complexo de inferioridade (por herança dos anos mais duros do isolamento nos que se podia manter pouco mais que isso), com

uma mentalidade de acaso, justificada pelo deslocamento da burocracia diplomática em assuntos transcendentais, tanto pelo alto estado maior e a burocracia militar nas negociações para a assinatura do tratado com EE.UU. em 1953 ou na descolonização do protetorado de Marrocos, como pela hierarquia católica no assunto do convênio com a Santa Sede (Viñas, 1984, p. 298).

Perante esta situação de partida, completada pela insuficiência de pessoal no Ministério, Castiella embarcou em uma reforma profunda dos instrumentos de ação exterior, tecnificando-os, amplificando-os e dotando-os de marcos de negociação e luta com os Ministérios que ia ganhando presença em assuntos internacionais (Comércio, Fazenda, Indústria, etc.).

E com o tempo foi desenhando um “estilo”, definido por Morán como a escola Castiella: a que uns diplomáticos que pretendiam forçar as circunstâncias e brigar por conseguir que as potências ocidentais reconhecessem que o peso internacional da Espanha era superior ao que admitiam, condicionadas por sua condena ideológica (Morán, 1980, p. 16).

Nesse panorama novo, o qual ressurgia com força o interesse por alcançar a homologação na Europa, tentada por Castiella formalmente em 1962 ao pedir o ingresso na Europa dos Seis, era lógico que a Comunidade Hispânica de Nações perdesse interesse prático, como instrumento defensivo e de prestígio, a medida que se diversificavam e se intensificavam as relações com o resto do mundo (Arenal e Nájera, 1992, p. 146).

Percebe-se uma reformulação da tática com tendência ainda de ganhar espaço de manobra e influência na Hispano-américa. O objetivo básico era fortalecer, novamente, a posição espanhola na negociação com a Comunidade Econômica Européia, a curto prazo ocupada na assinatura de um Acordo Preferencial, alcançando em 1970, e a longo prazo na plena integração, que não verá o franquismo.

O então Embaixador da Espanha na República Dominicana, Sánchez Bella, dizia claramente: “ao Mercado Comum Europeu através do Mercado Comum Ibero-americano.

Qualquer outra política que se tente carece de sentido e viabilidade.” (Pereira, 1993, p. 161).

Na pior das condições, a reformulação americanista serviria para que Espanha contasse com um cenário de integração e cooperação propício para substituir o possível fracasso na Europa. A nova tática passava, já não pela promoção de uma entidade jurídica própria ao modo da Comunidade Hispânica de Nações de Martín Artajo, senão pelo fomento da cooperação econômica e a integração nos organismos multilaterais de diversos séculos já existentes na América, como a OEA ou CEPAL.

O realismo e o pragmatismo que mostravam esta nova forma de atuação não implicaram que se produzisse uma relevante “desideologização” dos questionamentos espanhóis perante estes foros, nem uma melhor percepção da realidade americana sobre a que se pretendia atuar.

E tem mais, Castiella, com uma evidente capacidade de reação, em seu discurso de 12 de outubro de 1961 expôs uma idéia, que chegou a defender perante a Assembléia da ONU em Setembro de 1963, em favor da criação de uma nova Comunidade Atlântica, baseada na cooperação entre Europa-Estados Unidos-Ibero-américa, e inclusive África, para fazer frente ao desafio comunista que ameaçava já diretamente aos povos hispânicos e ao mundo em seu conjunto (Enrich, 1989, p. 91).

Após o triunfo “castrista” de janeiro de 1959 e depois de aprovado pela Conferência de Punta del Este em agosto de 1961 a Aliança para o Progresso, supomos que não se soube resistir a tentação, dois meses depois, de mostrar novamente a complementaridade e a coincidência dos interesses espanhóis com os norte-americanos em Ibero-américa e de tentar tirar proveito (econômico ou político) dessa coincidência, sobre-dimensionando novamente a capacidade de atuação e a influência da Espanha naquela região.

O “milagre econômico espanhol” posterior ao plano de estabilização de novos argumentos ao adormecido processo de

integração e apresentação da Espanha nas organizações Ibero-americanas, dando início e entusiasmo entre diplomáticos espanhóis ocupados de um campo que já nos anos 60 não era prioritário para o Ministério de Assuntos Exteriores.

Assim, a presença da Espanha na OEA, como observadora desde 1963 e pouco depois como membro contribuinte do Foro de Observadores Permanentes, e em outras conferências inter-americanas foi interpretada pelo Secretário do Instituto de Cultura Hispânica como a prova de que Espanha havia convertido em uma

“grande passeata que ia passando de um continente a outro...rejuvenescendo o velho mundo da Hispanidade, que em poucos anos seria a maior comunidade de povos na terra com o mesmo idioma” (Enrich, 1989, p. 95).

É óbvio que o franquismo havia variado ao redor da Hispanidade e de interessadas versões da história da Espanha e da América não somente um mito ou um elemento de legitimação e de consenso, senão que também um aparato institucional que precisava justificar sua própria existência, mantendo e difundindo tópicos, leituras interessadas da realidade e antigos discursos dirigidos basicamente ao mercado interno.

Em definitivo, apesar do pragmatismo que se pode observar nos últimos Ministérios de Assuntos Exteriores do franquismo em relação ao fomento das relações econômicas com a América Latina, não pode esquecer-se que todavia para López Bravo em 1971 a ação da Espanha na área se sustentava não somente na história compartilhada, senão que em “uma comum inspiração cristã e uma constante solidariedade em defesa dos princípios fundamentais da civilização ocidental” (Enrich, 1989, p. 136), que o interesse em aprofundar a presença oficial da Espanha em organismos multilaterais americanos pretendia fortalecer a posição da Espanha ante a CEE ao oferecer-se como ponte entre as duas regiões. Por último, se deve lembrar que o final sangrento do regime (não pela morte de Franco, mas pelas

execuções de setembro de 1975), obrigaria perante a nova condena os mesmos usos que a viu nascer: o substitutório (buscando nas ditaduras da área a compreensão e o espaço que se negava na Europa) e o legitimador (recorrendo novamente à leituras conspirativas da política internacional que encontravam sua origem no centro ocidental perante o “poderio” espiritual da Espanha na América).

GARCIA, N. T. *Iberian-American politics in 20th-century Spain: 1898-1975*. FACEF Pesquisa. Franca, v. 4., n.2, p. 65-99, 2001.

- *ABSTRACT: I study of the diplomatic actions undertaken by Spain in relation to the Latin-American countries among 1898-1975.*
- *KEY WORDS: diplomacy; political actions; ideological components.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENAL, C. del: *Cambio y autonomia en la política iberoamericana de España*, Leviatán, 39, 1990.
- ARENAL, C. del y NÁJERA, A. *La Comunidad Iberoamericana de Naciones. Pasado, Presente y Futuro de la política Iberoamericana de España*, Madrid, CEDEAL, 1992.
- ALTAMIRA, R. *España y el programa americanista*, Madrid: Ed. América, 1917.
- ALVÁRES JUNDO, J. *La nación en duda*, en J. Pau-Montojo (coord), *Más se perdió en Cuba, España, 1898 y la crisis de fin de siglo*, Madrid: Alianza, 1998.
- ARMERO, J. M. *La política exterior de Franco* Barcelona: Planeta, 1978.
- AZAÑA, M. *Discurso en el campo de Comillas en Obras Completas*, vol. III, México: Oasis, 1966.

- CALDUCH, R. *Dinámica de la Sociedad Internacional*. Madrid: Centro de Estudios Ramón Areces, 1993.
- CASTEL, J. *El restablecimiento de las relaciones entre España y las Repúblicas Hispanoamericanas (1836-1894)*. Madrid: Marto, 1955.
- DELGADO, L. *Diplomacia franquista y política cultural hacia Iberoamérica, 1939-1953*. Madrid: CSIC, 1988.
- DELGADO, L. *Imperio de papel. Acción cultural y política exterior durante el primer franquismo*. Madrid: CSIC, 1992.
- DELGADO, L. *El recurso al mundo hispánico: elaboración y trayectoria de una política de sustitución*. en J. TUSELL ET ALII (eds.), *El régimen de Franco (1936-1975)*. v..2. Madrid: UNED, 1993.
- EGIDO, M. A. *La concepción de la política exterior española durante la Segunda república*. Madrid: UNED, 1987.
- ENRICH, S. *Historia diplomática entre España e Iberoamericana en el contexto de las relaciones internacionales (1955-1985)*. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica, 1989.
- ESPADAS, M. *Franquismo y política exterior*. Madrid: Rialp, 1987.
- FALCOLFF, M. and PIKE, F. B. (eds.) *The Spanish Civil War, 1936-1939. American Hemispheric Perspectives*. Lincoln ans London, Unv. Of Nebraska Press, 1982.
- GARCÍA SANZ, F. *La guerra de Cuba, las alianzas de España y el equilibrio mediterráneo*. en C. Naranjo et alii, (eds.), *La nación soñada: Cuba, Puerto Rico y Filipinas ante el 98*. Madrid: Doce Calles, 1996.
- GONZÁLES, E. y LIMÓN, F. *La Hispanidad como instrumento de combate. Raza e Imperio en la prensa durante la guerra civil española*. Madrid: CSIC, 1988.
- MARTÍNEZ DE VELASCO, A. *La reforma del cuerpo*

diplomático por Primo de Rivera. Revista Internacional de Sociología, XXXVIII, 35, 1980.

MARTÍNEZ DE VELASCO, A. *España e Iberoamérica(1900-1931)*. Proserpina, 1, 1984.

MESA, R. *Democracia y política exterior en España*. Madrid, EUDEMA, 1988.

MORÁN, F. *Una política exterior para España*. Barcelona: Planeta, 1980.

MORÁN, F. *España en su sitio*. Barcelona: Plaza & Janés, 1990.

NIÑO, A. *Hispanoamericanismo, regeneración y defensa del prestigio nacional (1898-1931)*. en P. Pérez Herrero y N. Tabanera (coords.), *España/América Latina: un siglo de políticas culturales*. Madrid: AIETI/Sintesis-OEI, 1993.

PABÓN, J. *El 98, acontecimiento internacional*. Dias de Ayer: Barcelona, 1963.

PALOMARES, G. *Mussolini y Primo de Rivera. Política exterior de dos dictadores*. Madrid: EUDEMA, 1989.

PARDO, R. *Hispanoamérica en la política nacionalista, 1936-1939*. Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, H.^a Contemporánea, V, 1992.

PARDO, R. *Com Franco hacia el Imperio. La política exterior española en América Latina, 1939-1945*. Madrid: UNED, 1995.

PEREIRA, J. C. *Primo de Rivera y la diplomacia española en Hispanoamérica. El instrumento de un objetivo*. Quinto Centenario, 10, 1986.

PEREIRA, J. C. *España e Iberoamérica: programas, políticas y resultados (1892-1992)*. en H. de la Torre (coord.), *Portugal, España y América. Passado y presente de un proyecto (s. XIX-XX)*, Mérida: UNED, 129-166, 1993.

POWELL, T. G. *Mexico and the Spanish Civil war*. Albuquerque: Unv. of New Mexico Press, 1981.

PRESTON, P. *Franco. Caudillo de España*. Barcelona: Grijalbo, 1994.

QUIJADA, M. *Aires de república, aires de Cruzada. La guerra civil española en Argentina*. Barcelona: Sendai, 1991.

QUINTANA, F. *España en Europa, 1931-1936. Del compromiso por la paz a la huida de la guerra*. Madrid: Nerea, 1993.

RIDAVULLA BARRIENTOS, D. *La "amistad irreconciliable". España y Argentina, 1900-1914*. Madrid: Mapfre, 1992.

SANGRÓNIZ, J. A. *La expansión cultural de España en el extranjero y principalmente en Hispanoamérica*. Madrid: Hércules, 1925.

SAZ, I. *The dictatorship of Primo de Rivera: Halfhearted revisionism*, P. Preston and S. Balfour (eds.), *Spain and the Great Powers*. London: Routledge, 1998.

SAZ, I. y Tabanera, N. *La República en entredicho. A propósito del reformismo republicano en la política exterior española*. J. Tusell et alii (eds.), *La política exterior de España en el siglo XX*. Madrid: UNED, 1997.

SEPÚLVEDA, I. *Comunidad cultural e hispano-americanismo, 1885-1936*. Madrid: UNED, 1994.

SUÁREZ, C. *La verdad desnuda (sobre las relaciones entre España y América)*. Madrid: Sucesores de Rivadeneyra, 1924.

SUEIRO, S. *España en el Mediterráneo. Primo de Rivera y la "cuestión marroquí", 1923-1930*, Madrid: UNED, 1992.

TABANERA, N. *Las dotaciones presupuestarias de la II.ª República española para el servicio diplomático en Hispanoamérica, 1931-1936: Embajadas, legaciones y consulados*. Quinto Centenario, 14, 1988.

TABANERA, N. *Institucionalización y fracaso del proyecto*

republicano. en P. Pérez Herrero y N. Tabanera (coords.), *España/América Latina: un siglo de políticas culturales*. Madrid: AIETI/Sintesis-OEI, 1993.

TABANERA, N. *Los orígenes de la diplomacia franquista en América Latina*. J. Tusell et alii (eds.), *El régimen de Franco (1936-1975)*, v.2, Madrid: UNED, 1993.

TABANERA, N. *Ilusiones y desencuentros: la acción diplomática republicana en Hispanoamérica (1931-1939)*. Madrid: CEDEAL, 1996.

TABANERA, N. *El horizonte americano en el imaginario español, 1898-1930*. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe, VIII, 2, 1997.

TORRE, H. de la *El destino de la 'regeneración' internacional de España (1898-1918)*. Proserpina, 1, 1984.

TORRE, H. de la *Una crisis que rectificó la orientación de la política exterior*. en Revista de Occidente, marzo, 1998.

VIÑAS, A. *Guerra, Dinero, Dictadura*. Barcelona: Crítica, 1984.